

**INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS AUTISTAS: Reflexões Teóricas e Desafios
das Práticas Pedagógicas**

**SCHOOL INCLUSION OF AUTISTIC STUDENTS: Theoretical Reflections and
Challenges of Pedagogical Practices**

<https://unitau.me/ods-cicted2025>

ISNAR CESAR SIQUEIRA LOPES
ORIENTADORES: PROF. DR. CELSO AUGUSTO DOS SANTOS GOMES
PROF^a DRA SUZANA LOPES SALGADO RIBEIRO
(CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS - UNIS/MG)

Resumo

O ensino e a aprendizagem configuram-se como processos complexos e multifacetados, atravessados por múltiplos fatores tais como cognitivos, sociais, culturais, afetivos, éticos, políticos e econômicos, que interferem direta ou indiretamente na experiência educativa. Diante disso, a educação inclusiva busca garantir a participação de todos os alunos, independentemente de suas condições, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades, de forma equitativa, com atenção especial aos estudantes com autismo. Este artigo realiza uma análise teórico-reflexiva sobre a inclusão escolar desses alunos, fundamentando-se em revisão de literatura recente, e documentos institucionais pertinentes. Por meio da sistematização e da interpretação crítica do material consultado, busca-se compreender o processo de ensino e aprendizagem bem como a inclusão escolar, problematizando desafios, apontando possibilidades para a promoção de uma educação inclusiva. Almeja-se que essas reflexões contribuam para a ressignificação do ato educativo, assim como para o debate acadêmico sobre inclusão escolar de alunos autistas.

Palavras-chave: autismo, inclusão, exclusão, mediação da aprendizagem, avaliação escolar.

Introdução

Este artigo científico foi desenvolvido a partir da realização de estudos teóricos desenvolvidos no âmbito do projeto de pesquisa de mestrado que investiga as práticas pedagógicas inclusivas de cinco professoras provenientes da Educação Infantil e dos

anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública do município de Fortaleza que atuam diretamente com alunos autistas. Tal pesquisa se organiza por meio de uma abordagem qualitativa, exploratória, sendo desenvolvida por meio da metodologia da História Oral, permitindo o compartilhamento de experiências, vivências, saberes e práticas pedagógicas em educação inclusiva de ensino e avaliação que proporcionarão um maior aprofundamento das reflexões tangentes ao processo de inclusão escolar de alunos autistas.

No entanto, as análises apresentadas no presente texto são parte do exercício de revisão de literatura realizado até o momento. Por meio da leitura de trabalhos acadêmicos foi possível compreender que o processo de ensino e aprendizagem se revela como um fenômeno complexo e multifacetado, atravessado por fatores cognitivos, sociais, culturais, afetivos, éticos, políticos e econômicos, que interferem direta ou indiretamente na prática educativa.

Diante disso, a educação inclusiva manifesta-se ao mesmo tempo como um substancial desafio da atualidade e como um salutar instrumento de equidade social, na medida em que não se limita à simples matrícula de alunos com autismo ou com outras necessidades educacionais especiais, mas exige condições efetivas que garantam a participação desses sujeitos de direito nas experiências pedagógicas, garantindo, com efeito, o desenvolvimento humano de forma equânime.

Diante disso, deve-se ter presente que no caso dos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), a inclusão escolar torna-se ainda mais complexa e desafiadora, demandando atenção às especificidades individuais e à diversidade de manifestações cognitivas, emocionais, sensoriais e psicomotoras inerentes ao espectro.

Tendo esse repertório de questões em mente, torna-se relevante salientar que este artigo tem como objetivo apresentar um levantamento realizado sobre estudos de inclusão escolar de alunos com autismo. Fundamenta-se o trabalho de pesquisa em uma revisão de literatura recente e com isso pretende-se compreender os desafios e as possibilidades da educação inclusiva, no contexto contemporâneo.

Método

O presente artigo manifesta-se como um estudo de natureza qualitativa, com enfoque exploratório e abordagem teórico-reflexiva. E para tornar a sua elaboração possível, foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos publicados no portal de periódico da CAPES, documentos institucionais concernentes à temática abordada, os quais foram selecionados a partir de sua relevância e atualidade.

A análise do material consultado foi desenvolvida de maneira crítica e interpretativa, objetivando, com efeito, identificar conceitos, tendências e contribuições teóricas que fundamentam as reflexões e a proposta de estudo.

Ancorando-se nessa sistematização de procedimentos teórico-metodológicos, essa produção científica apresenta reflexões e problematizações que visam ampliar o debate acadêmico sobre a inclusão e a exclusão escolar de alunos com autismo, oferecendo, dessa maneira, subsídios teóricos para a realização de futuros estudos investigações e pesquisas na área educacional.

A pesquisa em periódicos acadêmicos, sem dúvidas, é uma etapa basilar para a construção desse projeto de pesquisa, porquanto são fontes primárias de informação que publicam artigos revisados, garantindo, com isso, a qualidade e a credibilidade das informações disponibilizadas por outros pesquisadores, que, por sua vez, fomentarão a ampliação dos estudos e investigações, além de também fundamentar teoricamente os estudos investigativos.

As pesquisas foram realizadas visando tanto a busca por periódicos de categorias de acesso aberto, como também de acesso fechado. Essas investigações envolveram inicialmente a definição das palavras-chave relevantes à busca: autismo, inclusão, exclusão, mediação da aprendizagem, avaliação escolar.

Essas buscas por artigos que constituiriam a fundamentação teórica do projeto de pesquisa foram realizadas no Portal de Periódico da CAPES. No primeiro momento dos estudos investigativos o primeiro critério utilizado foi ser uma obra revisada por seus pares, pois tal critério garante maior confiabilidade e cientificidade. Dessa forma,

apenas os as produções acadêmicas revisadas por seus pares entrariam no rol dessa primeira fase do levantamento bibliográfico.

O segundo critério utilizado para a construção da fundamentação teórica foi a análise da existência de correspondência entre as temáticas dos artigos coletados com a intencionalidade do projeto de pesquisa.

O terceiro critério foi realizar a leitura integral dos resumos, objetivando fomentar uma visão mais panorâmica dos achados, a fim de identificar as sinapses entre os artigos e o projeto de pesquisa.

O quarto critério foi realizar leituras das referências dos artigos, para, além de verificar a compatibilidade entre o direcionamento da fundamentação teórica destes achados com o escopo do projeto de pesquisa, buscar novas referências contidas nesses artigos para adensar o referencial teórico do projeto de pesquisa.

Torna-se salutar explicitar que, além da análise dos títulos, utilizou-se também o método “bola de neve”, no que se refere a análise das referências de cada um dos artigos resultantes da pesquisa, visando identificar outras produções que adensassem o referencial teórico do projeto de pesquisa. Nessa etapa foi possível também verificar a existência de uma frequência de determinados escritores nas obras estudadas, revelando a relevância dos estudos desses autores. Esse método de buscas no Portal de Periódicos da CAPES foi utilizado com todas as cinco palavras-chave do projeto.

De igual modo, faz-se necessário detalhar que o refinamento da pesquisa foi desenvolvido a partir da utilização da combinação de alguns termos que possuíam ligação de significado com cada descritor pesquisado e com o propósito dos estudos do projeto de pesquisa, e que ao mesmo tempo limitassem os resultados, a fim de que os achados estivessem mais compactados numericamente. Com essa ação foram eliminados das buscas um significativo volume de resultados que estavam dissonantes ou com direcionamentos teóricos e temáticos diversos do propósito do projeto de pesquisa.

Para tanto, no momento das buscas no Portal de Periódicos da CAPES foi utilizado a expressão “AND” para melhor delimitá-las. Essas buscas foram realizadas da seguinte maneira: inicialmente foi utilizado apenas o termo “autismo”, porém os

resultados foram muito abrangentes e diversos do objetivo investigativo do projeto de pesquisa. Nesse primeiro momento da pesquisa foram encontrados 3.857 (três mil, oitocentos e cinquenta e sete), sendo, portanto, necessário refinar as buscas.

Em seguida, usou-se “autismo and práticas pedagógicas”, e, depois de analisados os títulos dos achados, percebeu-se a necessidade de impetrar mais um refinamento para acurar ainda mais os resultados; e por fim utilizou-se: “autismo and práticas pedagógicas and inclusão escolar”.

Depois desses sucessivos procedimentos, observou-se que os resultados estavam dentro do espectro do projeto de pesquisa. Nessa etapa chegou-se a seis resultados. Destes, cinco possuíam títulos e temáticas que evidenciavam maior correlação com o escopo do projeto de pesquisa.

O segundo descritor pesquisado foi “exclusão”. Inicialmente, foram encontrados dezessete mil, seiscentos e sessenta e quatro resultados. No entanto, ao refinar a pesquisa com limitadores mais precisos, seguindo a mesma metodologia utilizada nas buscas realizadas com o primeiro descritor, chegou-se a nove resultados. E após a análise de todos os títulos, leituras dos resumos e das referências, foram excluídos três artigos, restando cinco produções que manifestaram significativa congruência com o projeto de pesquisa.

O terceiro descritor foi “inclusão”. Na primeira fase da pesquisa no portal de Periódicos da CAPES foram encontrados quarenta e quatro mil, duzentos e sessenta e três resultados que abrangeram múltiplas áreas e campos de atuação. Diante desses resultados, procedeu-se o refinamento da busca, obtendo-se dez Resultados. A posteriori, realizou-se leituras meticulosas de todos os resumos e referências. Essa ação teve como objetivo perscrutar as intencionalidades e direcionamentos teóricos de cada achado. Com efeito, esse momento da pesquisa resultou na seleção de cinco artigos que fariam parte do arcabouço teórico do projeto de pesquisa, por se tratar de produções que estavam confluentes com o objetivo do projeto de pesquisa.

Na pesquisa referente ao quarto descritor, “avaliação”, foram encontrados, inicialmente, cento e quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e seis resultados, sendo, portanto, necessário realizar o refinamento das buscas no portal, conforme

detalhamento supracitado. Depois desse refinamento, obteve-se cinco resultados. E desses cinco resultados, somente dois artigos estavam alinhados com os objetivos do projeto de pesquisa.

Esse acareamento foi realizado por meio das leituras das temáticas dos resultados, dos seus respectivos resumos e das análises das referências de cada um deles. Durante o processo de buscar do descritor “avaliação” observou-se que ainda há poucos estudos acadêmicos relacionados às práticas pedagógicas em avaliação da aprendizagem de alunos autistas, principalmente no que se refere à complexidade e à real necessidade de realizar adequações de metodologias de ensino e avaliação para esses alunos neurodivergentes.

No entanto, o artigo número 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB N0 9394/96, em seu parágrafo primeiro, preconiza que os sistemas de educação devem assegurar “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

Diante disso, pode-se inferir que o projeto de pesquisa assume significativa relevância, na medida em que os estudos e investigações que serão realizadas poderão proporcionar contribuições no sentido de melhor aprofundar a compreensão acerca da complexidade da temática abordada.

O quinto descritor pesquisado no portal foi "mediação". Na primeira busca obteve-se dez mil, duzentos e vinte e um resultados. Depois de realizado o refinamento das buscas no portal, contabilizou-se cinco resultados. E a partir desses resultados iniciou-se as leituras dos títulos, resumos e referências, a fim de ampliar e aprofundar a compreensão tangente ao teor e direcionamento teórico de cada artigo, ao passo que se realizou a eliminação dos que não reuniram características teóricas e objetivas correlatas ao projeto de pesquisa. Depois desse processo, investigativo, restaram apenas dois artigos que fizeram parte do referencial teórico do projeto de pesquisa.

Referenciais Teóricos

Para tanto, a presente trabalho encontrou estudos de autores que se tornaram referenciais teóricos. Seleciona-se para este artigo dois teóricos para pensar os fundamentos da educação e da inclusão. Um primeiro é o sociólogo francês, Pierre Bourdieu, com seu texto “Os excluídos do interior”. Outra base teórica para o trabalho desenvolvido é a produção da pesquisadora brasileira Maria Teresa Eglér Mantoan.

Entende-se que os sistemas educacionais promovem condições de acesso de estudantes, inclusive das classes sociais menos favorecidas aos ambientes escolares, porém de modo parcial, na medida em que não criam mecanismos de garantias mínimas necessárias de permanência com qualidade e sucesso educacional para todos os alunos (Bourdieu, 2001).

Com isso percebe-se que os sistemas educacionais desconsideram outros elementos importantíssimos para a concretização da universalização da educação e da inclusão escolar, a saber, o direito à permanência e participação ativa na construção dos saberes; à garantia de sucesso na vida social, cultural, escolar e profissional; à garantia de adequações curriculares, metodológicas e avaliativas visando o desenvolvimento global do discente; à continuidade nos estudos para todos os alunos sem distinção Bourdieu (2001).

Além disso, torna-se, de igual modo, salutar fomentar suportes necessários através da criação de programas de apoio financeiro a alunos para deslocamento da residência às instituições de ensino, alimentação digna, habitação entre outros suportes necessários.

Retomando os estudos de Pierre Bourdieu (2001) que realizou importantes críticas ao sistema educacional francês, e também propôs relevantes reflexões sobre as desigualdades e a exclusão social das camadas mais pobres da sociedade, pode-se considerar uma importante contribuição dele para fomentar esses estudos, no sentido de melhor compreender alguns termos. Por exemplo, ele menciona que a “diferença” se constitui como um fator natural do ser humano, já as “desigualdades” se constroem e são disseminadas e perpetuadas no contexto social e cultural.

Além disso, a exclusão escolar está frequentemente ligada a fatores socioeconômicos, como pobreza, desigualdade e falta de acesso a serviços básicos,

por exemplo, regiões mais vulneráveis, especialmente nas áreas rurais e nas periferias urbanas, enfrentam barreiras significativas que dificultam a permanência dos alunos na escola. A análise desses fatores é substancialmente salutar para entender as raízes da exclusão escolar e desenvolver políticas públicas eficazes que promovam a inclusão Bourdieu (1999).

A exclusão escolar também tem implicações diretas para o desenvolvimento social e econômico do país, pois a falta de educação de boa qualidade contribui para a perpetuação de desigualdades sociais e limita o potencial de crescimento econômico. Investir na inclusão escolar é, portanto, uma estratégia fundamental para promover a equidade e o desenvolvimento do país.

E quando se fala sobre exclusão, torna-se bastante relevante ter presente que:

No bojo do processo pedagógico e das práticas escolares, que não estão apartadas da dinâmica social, mas que possuem características bastante específicas ao seu contexto, é possível observar novas formas de exclusão ou de inclusão marginal dentro da escola. Aliada a essas novas formas de exclusão está a prática de criar estereótipos negativos, que não só justificam a não-aprendizagem dos conteúdos escolares pelos alunos e o seu mau comportamento como também reprimem qualquer tipo de investimento que se possa fazer para que esse aluno aprenda e se desenvolva em termos escolares (Fagundes, 2011, p. 8).

Percebe-se com isso a intrincada relação entre práticas pedagógicas e dinâmicas sociais, que fomentam o surgimento de novas formas de exclusão e inclusão marginal em ambientes educacionais. Esse fenômeno costuma ser acompanhado pela criação de estereótipos negativos que dificultam o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos Fagundes (2011). Como fundamentação para essa discussão podemos também citar as reflexões de Bourdieu (1999) em suas publicações “Os Excluídos do Interior” (1999) e sobre “Os três estados Capital Cultural” (Bourdieu, 1998).

Os estudos de Mantoan (2003) defendem que a verdadeira inclusão requer adaptações curriculares, metodológicas e estruturais, assim como a existência de uma formação docente continuada que seja capaz de acolher a diversidade e responder às demandas singulares de cada estudante.

Revisão da literatura

Corroborando com a perspectiva apresentada pelos teóricos citados, destaca-se em um exercício de revisão narrativa os trabalhos de Lebedinski (1997), Matos e Mendes (2014), Lima e Laplane (2016) e Aragão (2022) para pensar a especificidade do trabalho com alunos com TEA.

A inclusão de alunos com autismo no contexto escolar é um dos grandes desafios enfrentados pelos educadores na atualidade (Lima; Laplane, 2016), e para melhor compreender as práticas pedagógicas inclusivas e as percepções de professoras sobre a inclusão de alunos autistas, é necessário abordar diversos aspectos que envolvem a escolarização desses alunos, as estratégias pedagógicas adotadas, as barreiras enfrentadas pelos educadores e as necessidades de formação contínua dos professores.

Corroborando com Mantoan (2003), quanto à Escolarização de Alunos com Autismo, Lima e Laplane (2016) abordam com bastante propriedade as especificidades da escolarização de alunos com autismo, destacando que a inclusão desses alunos na rede regular de ensino ainda enfrenta desafios.

A pesquisa dessas autoras aponta que, apesar da matrícula de alunos autistas estar concentrada no ensino regular, ainda existem várias questões relacionadas ao acesso e à permanência desses alunos nas instituições escolares, como, por exemplo, a falta de apoio terapêutico e educacional adequado.

Além disso, as autoras descortinam a alta taxa de evasão escolar entre esses alunos, indicando que, por vezes, a escola regular não está suficientemente preparada para atender às necessidades específicas desses discentes.

Tais reflexões constitui-se como elementos salutarés para o aprofundamento da compreensão acerca das barreiras e dificuldades enfrentadas pelos docentes, e a significativa necessidade de formação especializada para lidar com os alunos com autismo no ambiente escolar.

Lebedinski (1997), no que se refere ao Autismo e ao seu Desenvolvimento Emocional, propõe uma abordagem sobre o autismo como um modelo de

desenvolvimento emocional anormal, enfatizando que as dificuldades de comunicação e interação social, características do espectro do autismo, devem ser compreendidas dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento emocional.

De acordo com ele, o autismo é um transtorno que envolve uma forma atípica de processamento emocional e de respostas ao ambiente, o que implica, conseqüentemente, em desafios adicionais para os educadores, que, diante desses contextos desafiadores, necessitam desenvolver práticas pedagógicas cada vez mais sensíveis relacionadas às questões emocionais dos alunos autistas Lebedinski (1997). A obra de Lebedinski é importante para que os professores possam compreender as dimensões emocionais do autismo e como essas influenciam a participação e o desempenho escolar dos alunos.

Lebedinski (1997), ao refletir sobre as múltiplas facetas e nuances que caracterizam o quadro clínico do autismo, ressalta que outros importantes fatores, como o desenvolvimento psicomotor, devem ser considerados na pessoa com TEA, porquanto esses fatores estão correlacionados, interdependentes e somatizados, conforme se segue:

Na síndrome autista, não apenas distúrbios sensoriais, mas também motores são observados. São observados defeitos no tônus motor e fenômenos associados de descoordenação, e o ritmo e suavidade dos movimentos sofrem. Encontra-se uma relação direta entre a proeminência dos transtornos no tônus muscular e no estado afetivo da criança (Lebedinski, 1997, p. 5).

Ainda em relação às práticas pedagógicas relacionadas à inclusão de alunos com o transtorno do espectro do autismo (Matos; Mendes, 2014) ponderam práticas pedagógicas baseadas em evidências para o ensino de alunos autistas, abordando estratégias que visam melhorar a comunicação, o comportamento e a aprendizagem desses discentes. Para tanto, as autoras reverberam a importância de haver intervenções pedagógicas específicas, como o uso de sistemas de comunicação alternativa, adaptações no ambiente escolar e metodologias que favoreçam a estruturação do conteúdo de forma clara e visual.

Segundo as autoras, tais práticas são basilares para que, de fato, a inclusão de alunos com autismo seja efetiva. E os educadores e educadoras devem ser

capacitados para implementá-las de modo satisfatório. A obra dessas autoras constitui-se como instrumento essencial à presente pesquisa, na medida em que oferece uma base prática e teórica que pode ser diretamente relacionada às percepções das professoras sobre a implementação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar.

Ainda em relação ao transtorno do espectro do autismo, Aragão (2022) organiza uma obra que aborda o autismo de uma forma atualizada e multidisciplinar, considerando os avanços nas áreas da psicologia, pedagogia, psiquiatria e neurociências. A autora defende que o autismo não deve ser compreendido apenas como um conjunto de sintomas isolados, mas como um espectro de manifestações que exigem uma abordagem integradora, isto é, que envolva diversos profissionais para garantir o pleno desenvolvimento e a inclusão dos alunos.

Nesse sentido, a obra de Aragão (2022) também se configura como elemento bastante relevante para a construção desse projeto de pesquisa, porquanto possibilita uma compreensão mais acurada e profunda das múltiplas e diferentes formas de manifestações do espectro do autismo e das abordagens educacionais que podem ser adotadas para incluir efetivamente esses alunos nas escolas regulares de modo mais equitativo.

Observa-se que para Aragão (2022) a visão multidisciplinar proposta reforça a real necessidade de colaboração multidisciplinar entre professores, terapeutas e outros profissionais para atender as necessidades específicas dos alunos autistas, o que também será objeto dessa pesquisa, a fim de analisar como as professoras pesquisadas percebem a colaboração interdisciplinar e sua aplicação prática no desenvolvimento dos alunos autistas.

Fundamentos legais

Além dos referenciais teóricos e textos encontrados na revisão de literatura tem sido também importante para o trabalho o estudo da legislação que estabelece diretrizes legais para se abordar a questão. Sendo assim, a Constituição Federal (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), bem

como documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) são marcos que preconizam a educação inclusiva e asseguram a igualdade de oportunidades, o respeito às diferenças e o pleno desenvolvimento da cidadania.

Em especial a Constituição da República Federativa do Brasil - CF (Brasil, 1988) estabelece em seu artigo 205 que a educação se constitui um direito de todos os brasileiros e dever do Estado e da família, e essa educação deve ser promovida e incentivada por meio da cooperação efetiva da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, no que se refere ao exercício da cidadania, além de também qualificá-la para o mercado de trabalho.

Diante disso, é importante compreender que, ao se afirmar que a educação é um direito de todos, esse princípio está fundamentado na aceitação das diferenças e na valorização de cada indivíduo, independentemente de suas condições físicas ou psíquicas. Sob essa ótica, a inclusão deve garantir igualdade de direitos e deveres, promovendo um ambiente educacional que favoreça o crescimento de todos, reconhecendo e valorizando as diferenças e os potenciais individuais (Ciríaco, 2020).

Nesse sentido, pode-se depreender que a autora propõe uma ressignificação da compreensão acerca da inclusão, na medida em que não apenas defende que a educação seja de boa qualidade, igualitária a todos, mas acima de tudo, que se deva aceitar as diferenças individuais dos alunos sem preconceito, discriminação ou racismo, e que fundamente sua filosofia educativa na inclusão, considerando “as diferenças individuais como atributo e não como obstáculo e valorizando a diversidade para o enriquecimento das pessoas” (Ciríaco, 2020, p. 1).

Em consonância com essa perspectiva, o documento “Declaração de Salamanca” produzido pelo Ministério da Educação em parceria com a UNESCO e a Secretaria de Educação Especial destaca que o princípio central da educação inclusiva é garantir que todas as crianças aprendam juntas sempre que possível, independentemente de suas dificuldades ou diferenças. O documento ressalta a importância de as escolas reconhecerem e atenderem à diversidade dos alunos, ajustando estilos e ritmos de aprendizagem, e oferecendo uma educação de qualidade por meio de currículos adequados, estratégias pedagógicas eficazes, organização

escolar apropriada, uso de recursos e envolvimento da comunidade. Além disso, enfatiza a necessidade de um suporte contínuo, proporcional às diferentes necessidades educacionais presentes nas instituições escolares (UNESCO, 1994).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) reforça que inclusão e participação são elementos fundamentais para garantir a dignidade humana e o pleno exercício dos direitos. No campo educacional, essa visão se traduz na adoção de estratégias que promovam a real igualdade de oportunidades. O documento evidencia que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficaz quando ocorre em escolas inclusivas, que atendem a todos os alunos da comunidade. Nessas instituições, os estudantes com necessidades específicas têm mais chances de alcançar progresso educacional e integração social. Contudo, o êxito da inclusão depende do envolvimento conjunto de professores, profissionais da educação, colegas, familiares e voluntários. A transformação das instituições, portanto, exige não apenas mudanças técnicas, mas, sobretudo, compromisso, convicção e engajamento coletivo da sociedade (UNESCO, 1994).

Nesse sentido, pode inferir que tal documento eleva a inclusão a um patamar de garantia essencial da dignidade humana, na medida em que promove a igualdade social e a plena participação de todos os alunos no ambiente educacional com garantia de sucesso no seu desenvolvimento, independentemente de ter ou não algum tipo de deficiência.

De igual modo, ao considerar a complexidade e a intrincabilidade referente aos diversos fatores que intervêm diretamente no processo de construção de uma educação inclusiva, esse documento promove um aprofundamento acerca da compreensão da importância da corresponsabilidade e interdependência da atuação de todos os agentes que participam desse processo construtivo.

Com efeito, torna-se, portanto, fundamental o desenvolvimento de um trabalho conjunto harmonioso de todos os seus atores, com vistas a concretizar essa construção, quer seja na execução propriamente dita do ensino através dos educadores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares, quer seja por meio de legisladores que criam leis que fundamentam a criação de políticas públicas voltadas

para a melhoria da educação, quer seja através outras instituições, organizações ou órgãos voltados para a melhoria da educação, principalmente para aqueles que historicamente são excluídos.

Como mencionado anteriormente, o processo de ensino e aprendizagem é complexo e, de igual modo, a exclusão escolar é um “fenômeno” complexo e multifacetado que afeta milhões de crianças e adolescentes no Brasil, representando, com feito, um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas educacionais do país.

Nesse sentido, a importância de abordar a exclusão escolar reside não apenas em suas implicações imediatas para os indivíduos afetados, mas também em suas consequências sociais, econômicas e culturais que são dissolvidas por longo período – muitos casos, dura toda a vida estudantil e social.

A exclusão escolar compromete o direito fundamental à educação, garantido pela CF em seus artigos 205 e 208 (Brasil, 2023).

A educação é um pilar essencial para o desenvolvimento pessoal e social, e sua ausência pode levar a um ciclo de pobreza e marginalização, em que crianças e adolescentes que não têm acesso à educação formal inserem-se em um contexto de desvantagem em relação a seus pares, o que limita suas oportunidades para o exercício do pleno exercício de sua cidadania, principalmente no que se refere aos seus direitos fundamentais (UNESCO, 1994).

Considerações Finais

Pretende-se com esse artigo compreender de maneira mais profunda o processo de ensino e aprendizagem, concebendo-o como um processo não simples, mas complexo e multifacetado, no qual interferem fatores de diversas ordens, que o impactam direta ou indiretamente.

Diante da percepção dessa complexidade, almeja-se também refletir sobre a inclusão escolar de alunos autistas, sobre os desafios enfrentados, sobre as limitações e sobre as possíveis alternativas para que haja uma compreensão da

temática estudada, a fim de, na perspectiva da educação inclusiva, fomentar uma ressignificação do ato de ensinar e aprender.

Nesse sentido, entende-se que esta pesquisa pode manifestar-se como fonte de reflexão para – como dito anteriormente – ressignificar o processo de mediação da aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva, na medida em que se dedica a construir uma compreensão mais profunda e acurada do processo de ensino e aprendizagem e da inclusão escolar de alunos que estão inseridos no Transtorno do Espectro do Autismo.

As reflexões empreendidas, nessa produção acadêmica, permitem reverberar que o processo de ensino e aprendizagem, especialmente no que concerne à escolarização de alunos inseridos no Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), revela-se como um fenômeno que extrapola simplificações, exigindo-se, com efeito, uma análise mais profunda do seu cerne complexo e dos múltiplos fatores que interferem no seu desenvolvimento.

Dessa forma, tornou-se bastante notável ao longo desta investigação teórica e reflexiva, que a inclusão escolar exige mais do que a matrícula formal desses sujeitos de direito nas instituições regulares de ensino; requer, sobretudo, uma reorganização das práticas pedagógicas, uma revisão dos currículos e uma formação docente permanente que seja capaz de acolher a diversidade e responder às demandas singulares de cada aluno sem nenhum tipo de preconceito ou exclusão.

Torna-se também salutar mencionar as significativas contribuições de Mantoan, Lima e Laplane e Lebedinski, aqui revisitadas, que explicitam que a inclusão ainda se depara com inúmeras barreiras, que vão desde barreiras estruturais às barreiras didático-pedagógicas, sociais, culturais, dentre outras, que implicam na urgência de repensar ou ressignificar o modo como a escola se organiza para promover aprendizagens significativas.

Para tanto, faz-se imperativo considerar as especificidades e as dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras, sensoriais dos alunos com TEA, para que se alcance uma prática educativa verdadeiramente inclusiva, que não apenas permita o

acesso, mas também favoreça a permanência e o desenvolvimento global desses alunos neuroatípicos.

Diante desse cenário, o presente estudo busca colaborar para a ampliação do debate acadêmico, suscitando novas problematizações e provocando uma necessária mudança no ato de ensinar no de aprender. Almeja-se que as reflexões desenvolvidas nessa pesquisa funcionem com ferramentas para a outras investigações e para a construção de políticas e práticas pedagógicas mais equânimes, que sejam capazes de promover experiências formativas, que, de fato, produzam um ambiente escolar inclusivo.

Referências

- ARAGÃO, Gislei Frota (org.). Transtorno do espectro autista: concepção atual e multidisciplinar na saúde [livro eletrônico]. Campina Grande, PB: Amplla Editora, 2022. ISBN: 978-65-5381-053-2. DOI: 10.51859/ampla.tea2232-0.
- BOURDIEU, P. B.; CHAMPAGNE, P. Os Excluídos do Interior. In: Bourdieu, P. A Miséria do Mundo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P. B. Os três estados do capital cultural. In: Nogueira, M. A.; Catani, A. (Org.). Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 132/2023. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 482 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/645769/CF88_EC132_livro.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 mai. 2025.
- CIRÍACO, F. L. Inclusão: um direito de todos. Revista Educação Pública, v. 20, n. 29, 4 ago. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>. Acesso em: 18 mai. 2025.
- FAGUNDES, T. B. “...e uma alternativa para a exclusão escolar, tem?”. RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 8, supl. 1, p. 181–202, dez. 2011.
- LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. de. Escolarização de alunos com autismo: relato de pesquisa. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 22, n. 2, p. 269–284, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000200009>. Acesso em: 30 jun. 2025.

LEBEDINSKI, V. V. Autismo como modelo do desenvolvimento emocional anormal. In: LEBEDINSKI, V. V. Autism as a Model of Abnormal Emotional Development. Journal of Russian & East European Psychology, v. 35, n. 5, 1997, pp. 52-60.

LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. de. Escolarização de alunos com autismo: relato de pesquisa. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 22, n. 2, p. 269–284, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000200009>. Acesso em: 30 jun. 2025

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 10, n. 16, p. 35-59, jan./jun. 2014

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025